

A Estratégia, o Estado e a Nação

Abel Cabral Couto

TGen (Ref)

Alocação proferida, em 2 de Novembro de 2009, na Sessão Solene de Abertura do Curso de Defesa Nacional 2009/2010 no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa.

Strategy, State and Nation

Inaugural Lecture of the National Defence Course held at the 2nd November 2009 at National Defence Institute.

Colaborador regular desta Casa desde a sua fundação e antigo assessor, subdirector e director do presente Instituto, é com natural emoção que participo activamente nesta cerimónia. Agradeço ao senhor director do IDN o ter querido, mais uma vez, honrar-me.

Poderá causar estranheza que me proponha abordar um tema para o qual não sou particularmente hábil, por, na sua parte mais substantiva, ser do domínio da Ciência e da Sociologia Políticas. Mas, por um lado, há uma relação, dialéctica, muito estreita e umbilical, entre a política e a estratégia: a primeira comanda a segunda, que, por seu turno, a serve, mas não de forma passiva; por outro lado, apesar da vitalidade e virulência com que se manifesta na actualidade, o facto nacional tem cambiantes, ou suscita questões, que não são “politicamente correctas” ou contrariam quadros mentais considerados dominantes, pelo que, tal como em Eça, “a nudez forte da verdade” é, frequentemente, suavizada pelo “manto diáfano da fantasia”, circunstâncias essas que me não afectam.

A estratégia postula, pelo menos:

- a permanência do Ser, pela vontade de sobrevivência ou desejo de segurança;
- a alteridade, a existência de um Outro ou Outros, dotados de liberdade de decisão e de acção;
- um ambiente ou situações agonísticos.

No plano superior da política, o Ser de que, pela estratégia, se procura garantir a segurança ou permanência é, naturalmente, o Estado territorial. Todavia, especialmente desde 1957, quando o politólogo americano J. Herz publicou um ensaio, que veio a tornar-se célebre, é vastíssima a literatura que aponta ao desaparecimento do Estado territorial, à semelhança do que aconteceu, no passado, com outras formas de organização política. São variadas as teses que suportam tal previsão, umas de carácter determinista, outras de natureza voluntarista. Entre as mais frequentes, refiro as seguintes:

- A globalização das economias, em consequência da viragem civilizacional em curso, com a passagem a uma sociedade informacional, de fluxos, de livre circulação de bens, pessoas, capitais e informação, que abate alguns dos mais importantes instrumentos de regulação que eram próprios do Estado e que assim fica desprovido de significativos atributos que, para muitos autores, estiveram na base da sua génese e afirmação. Esta tese reflecte, no fundo, um neomarxismo, em que uma modificação profunda da infraestrutura eco-

nómica originária, inevitavelmente, uma alteração da superestrutura política e ideológica.

- A crescente impossibilidade de uma guerra entre Estados: no caso de Grandes Potências, tal resultaria de uma paralisia pelo terror, motivada pelos riscos inaceitáveis de uma guerra nuclear; no caso de Pequenas Potências, aquela impossibilidade derivaria da sua incapacidade de criar e sustentar forças armadas capazes, devido aos enormes custos dos equipamentos e à elevada taxa de atrito que produzem, bem como da intervenção paralisadora da ONU e, especialmente, das Grandes Potências, interessadas na conservação da estabilidade ou no bloqueamento de situações que possam escapar ao seu controlo ou ferir os seus interesses. O Estado territorial ficaria, assim, privado de um outro dos seus atributos ou privilégios fundamentais históricos - o de fazer a guerra.
- Em face da dimensão dos problemas que se põem à Humanidade como um todo - pressões sobre o ambiente e sobre certos recursos naturais, por exemplo - a progressiva passagem de uma sociedade de Estados a uma comunidade internacional, que desembocaria, a longo prazo, num Governo Mundial e, em fase intermédia, em organizações políticas regionais ou continentais, que esvaziariam os actuais Estados das suas competências mais marcadamente políticas.
- A visão do Estado como causa e fator da guerra: a paz, ainda que regionalizada, só seria possível pela superação dos Estados, integrando-os numa outra organização política, para a qual seria transferido o foco das lealdades políticas. A guerra seria, assim, o fruto da pluralidade e diversidade, já que exige um Outro, pelo que, nesta óptica, e perversamente, a paz implica o Império.
- Os Estados, na sua maioria, são demasiado pequenos para poderem enfrentar a maioria dos problemas actuais, desde os da segurança aos do progresso económico, que exigem grandes espaços ou espaços-regiões.

As teses voluntaristas sobre o desaparecimento do actual estado territorial levantam, à teoria da estratégia, um problema interessante, o de uma estratégia de auto-negação ou de anomia.

Todavia, a realidade apresenta-se profundamente diferente da prevista pelas teses expostas. De facto, desde o fim da II Guerra Mundial, o número de Estados quadruplicou e este fenómeno não se verificou apenas nas regiões do globo politicamente jovens, visto que, mesmo no velho espaço europeu, berço do Estado territorial, o seu número duplicou, praticamente, e o processo parece estar longe de terminado. Por outro lado, considerando os três indicadores usualmente utilizados

para se avaliar o grau de progresso e de desenvolvimento económico-social - o PNB *per capita*, a competitividade e o índice de desenvolvimento humano - nos 10 primeiros lugares figuram, pelo menos, 8 pequenos países, dos quais a larga maioria nem sequer é detentora de matérias primas essenciais. Um deles - Singapura - é do tipo do Estado-Cidade da Antiguidade. Finalmente, os orçamentos e as áreas de intervenção do Estado têm aumentado, e não diminuído.

A proliferação do número de Estados resulta, sobretudo, da vitalidade do nacionalismo ou, numa terminologia menos ambígua, do “facto nacional”, e que assim surge como o grande motor da transformação da paisagem política mundial. E, por outro lado, das suas características derivam também a irredutibilidade e a virulência da maior parte dos conflitos recentes ou em curso. Julgo, assim, conveniente que nos debrucemos um pouco sobre o “facto nacional”.

Diz-se, por vezes, que todas as definições são incompletas e parciais. Tal se passa com a definição do que é uma Nação. Um professor universitário inglês, depois de uma vida dedicada ao estudo da origem das nações e às manifestações do nacionalismo, escreveu: “Sou levado a concluir que não se pode estabelecer uma “definição científica “ de Nação; mas o fenómeno tem existido e continua a existir”. E talvez a definição mais simples resida nas frequentemente citadas palavras de Rupert Emerson: “uma nação é um conjunto de pessoas que sentem que constituem uma nação”, o que põe em relevo a dimensão subjectiva da nação. Quando um grupo significativo de indivíduos evidencia essa crença podemos dizer que possui uma “consciência nacional”. Numa definição enciclopédica, a “nação é um conjunto de indivíduos que partilham uma origem étnica, uma língua, uma cultura e uma história comuns, enraizados num dado espaço territorial”. Mas a nação não tem apenas uma dimensão étnica e cultural, mas também uma dimensão política: toda a nação contém, em potência, a sua autodeterminação e a sua assunção como Estado, gerando-se, então o chamado Estado-Nação. Mas, como se sabe, a Nação não é o Estado: há nações que não se materializaram ainda num Estado e há Estados multinacionais; e, em rigor, um Estado-Nação, como Portugal, é mais a excepção que a regra. O ponto que pretendo reter é o seguinte: sendo o Estado, essencialmente, um “aparelho político - administrativo, de tomada e imposição de decisões”, o centro anímico e dinâmico da acção política é a Nação, agindo o Estado, através dos seus órgãos, à luz duma dada interpretação dos interesses nacionais ou da comunidade. É a Nação o real Ser, portador de uma determinada identidade, que é compartilhada, em elevado grau, pelos membros da comunidade nacional, que é relativamente homogénea e que é exclusiva, isto é, possuidora de características que a distinguem de outras comunidades nacionais, que lhe são estranhas ou estrangeiras: o “nós” implica um “eles”; tomo consciência de Mim pelo conhecimento e reconhecimento

do “Outro”; sei quem sou sabendo quem não sou. E, nesta óptica, os regionalismos, quando essencialmente políticos e não meramente administrativos, são como que micro ou protonacionalismos. O sentimento nacional tende a explodir quando uma comunidade nacional se sente oprimida, subjugada, negativamente discriminada, ignorada ou esquecida; ou quando, pelo contrário, essa comunidade evidencia grande pujança e superior capacidade e pretende seguir o seu próprio caminho.

O culto da identidade e do sentimento nacional desempenha três importantes funções: transcender o esquecimento através da posteridade, assegurando a continuidade passado-presente-futuro; realizar a fraternidade, através de símbolos, cerimónias e ritos que ligam a vida aos mortos ilustres; e, especialmente em períodos de decadência, restaurar a auto-estima e a dignidade colectivas, através da invocação de uma “idade de ouro” ou de grandezas passadas.

São várias as teorias que tentam explicar a origem das nações e do nacionalismo. Pela sua importância para a conclusão a que, mais adiante, pretendo chegar, refiro, apenas, a que coloca o acento tónico na possibilidade de comunicação – língua e meios –, que se acelera com o surgimento da imprensa e que se exponencia com a sucessiva aparição dos jornais, da radiodifusão e da televisão e, mais ainda, com a internet. Na linha das ideias de Benedict Anderson, que visão mais nítida pode ser dada de uma comunidade secular, naturalmente ritualizada e cronometrada, que a da audição, a uma hora certa, de um noticiário da televisão, em que milhões de indivíduos, desconhecidos entre si, compartilham dezenas de acontecimentos, muitas vezes relativamente banais, ocorridos com pessoas e em locais desconhecidos, mas que os entusiasma, enfurecem, lhes suscitam comentários, ou emocionam, ao ponto de provocarem movimentos de solidariedade, apenas por um sentimento de pertença a uma mesma comunidade? Além disso, o aparecimento do jornal com a sua regularidade e organização noticiosa deu origem a uma concepção do tempo como algo vazio e homogéneo, onde os acontecimentos se organizam segundo uma lógica cronológica. A ideia de uma organização social evoluindo num tempo homogéneo e vazio ajusta-se perfeitamente à ideia de Nação, que é desta forma concebida como uma comunidade sólida, que se desloca regularmente na História. Comunidade sólida mas não imutável: tal como uma árvore, tem as raízes solidamente mergulhadas nas profundidades do passado, mas há ramos que apodrecem e secam, outros têm de ser podados e afeiçoados aos tempos e novos ramos nascem e se desenvolvem.

O Estado-Nação reveste-se de características singulares. Seguindo de perto a sistematização e as ideias de Edgar Morin, o Estado-Nação é uma comunidade de destino, memorizado e transmitido, de geração em geração, em primeiro lugar pela família, depois pela escola, pelos cantos, jogos, livros, etc. e, antigamente,

pelo SMO. A identificação do “eu” com o passado torna presente a comunidade de destino. Por isso, as estratégias de desnacionalização passam, obrigatoriamente, pela desvalorização da história, pela sua dessincronização ou desarticulação, por um cuidadoso jogo de luzes e sombras sobre os acontecimentos, etc.

Mas é também uma entidade mitológica, na terminologia que invoca, uma simbiose de géneros, uma Pátria, mas, como dizia Natália Correia, também uma Mãria: a Nação, de género feminino, comporta as qualidades da Terra-Mãe, do Lar a que se regressa, do amor pela Mãe-Pátria; o Estado, de género masculino, dispõe da autoridade reconhecida ao pai, ao chefe da família, a quem se deve obediência.

A mitologia matri-patriótica suscita como que uma religião, com os seus grandes textos ou lendas, as suas cerimónias de exaltação, os seus símbolos, o culto dos seus heróis e mártires. Os mitos e os ritos são o cimento necessário de qualquer sociedade e geram e alimentam os sentimentos de solidariedade e de comunidade. Por isso, as estratégias de desnacionalização passam também pela desvalorização ou supressão de certos mitos e ritos.

A Revolução Francesa foi o grande arauto da libertação e da possibilidade de afirmação do Ser, inicialmente no plano individual, mas que rapidamente se transportou para o colectivo; os meios de comunicação de massa e de circulação de pessoas alargaram a toda a humanidade a mensagem dos direitos humanos e da democracia; a internet veio democratizar e generalizar o acesso ao conhecimento, proporcionando a cada vez mais vastas camadas de populações maiores graus de liberdade, de realização e de afirmação; indivíduos e comunidades tomam maior consciência de si, da sua identidade, da sua situação relativa nos planos económico, social, cultural e político. Por isso a sociedade informacional, em que já nos encontramos a navegar em velocidade de cruzeiro, é, por um lado, intrinsecamente desagregadora em todos os domínios, do económico ao político, passando pelo social; mas, por outro lado, a intensificação da comunicação facilita e estimula a cooperação, e a sua institucionalização, tendo em vista a resolução de importantes problemas comuns. Neste quadro, não admira que a maior parte dos conflitos das últimas seis décadas e da actualidade se relacionem, não tanto com o “ter”, mas sim com o “ser,” por razões étnicas, religiosas ou culturais. Quer dizer, os grandes conflitos actuais, são, na sua maioria, de natureza identitária. Ora, enquanto os conflitos de ordem material adquirem um carácter comercial, pelo que são passíveis de soluções de compromisso e negociáveis, os conflitos identitários, quando assumem a forma violenta, tendem a ser do domínio do absoluto, do “tudo ou nada”. Tornam-se campo fértil das grandes e profundas emoções e paixões, dos ódios viscerais, da violência cega e descontrolada, frequentemente de grandes genocídios.

E o processo auto-alimenta-se, na medida em que a guerra é um poderoso factor de reforço da coesão e da solidariedade comunitária.

E fecho o círculo. A fenomenologia e a problemática que aflorei estão na génese do fenómeno estratégico e têm relevância na teoria e na prática. No que a Portugal respeita, julgo que interessa em quatro planos: no global, no regional, no local e no interno.

No plano global, entendo que qualquer eventual intervenção em conflitos identitários, por iniciativa própria ou no quadro da NATO, da UE ou da CPLP, deve ser precedida de uma cuidadosa avaliação das suas origens e causas, antecedentes históricos, forças em presença, características do meio físico e do meio humano, etc., etc., para se evitar o risco de arrastamento para situações imprevistas ou indesejáveis. Além disso, os sistemas de forças aconselháveis são, normalmente, diferentes dos requeridos para conflitos clássicos, no que respeita à composição, aos equipamentos, ao tipo de instrução e treino e à mentalização daqueles sistemas. E os meios de intervenção aconselháveis não se reduzem aos policiais e militares.

No plano regional, considero que, à luz do referido, a UE tem de ser feita com as nações e não contra ou sem as nações. Caso contrário, estas podem "explodir" (têm feito alguns avisos...) e, na linguagem popular, "com a água do banho, deitam fora o menino", o que seria muito grave e um lamentável retrocesso histórico. Talvez convenha ter presente que, no plano microsociedade, a época é da propriedade horizontal e, excepcionalmente, dos condomínios fechados, não para se constituírem comunidades "hippies", mas para que as células constituintes - as famílias - se possam realizar mais plenamente, em lar próprio e com mais segurança, ainda que à custa de espaços de fruição e de responsabilização comuns...

No plano local, a estratégia nacional deve ter sempre presente que a vizinha Espanha enfrenta delicadas tensões identitárias, que podem manter-se, ou não, cristalizadas, controladas e localizadas. No mínimo, há que impedir que o território nacional possa ser fonte de abastecimento, espaço de passagem ou área de refúgio e de recuperação de agentes e de actividades hostis ao Estado espanhol, o que exige correcta cooperação internacional, serviços de informações atentos, credíveis, bem orientados e eficazes e adequadas medidas de controlo do território.

Finalmente, no plano interno, a estratégia nacional não pode descurar medidas que visem o reforço da coesão e da solidariedade nacional, tendo em especial atenção as tendentes a, tanto quanto possível, evitar que os regionalismos possam evoluir para secessionismos.

Admito que toda esta fenomenologia e problemática surja, a muitos ilustrados espíritos, como ultrapassada, desajustada ou mesmo, numa terminologia suave, não-progressista. Sem formular qualquer juízo de valor, receio que vivam num mundo idealizado. Mas, à cautela, cuido-me com dois resguardos:

- O mais cosmopolita, o mais respeitado, ouvido e requestado intelectual português vivo, radicado há décadas em França, tem, como “cavalo de batalha” do grosso da sua reflexão e da sua produção escrita, Portugal, a identidade nacional, o ser português, as suas virtudes e defeitos, singularidades e originalidades. E, na ponta final da vida, o seu grande projecto mobilizador relacionou-se com as suas origens mais profundas, a pequena e perdida aldeia onde nasceu e viveu curtos anos da infância, à qual deixa parte do seu legado. Há um comovedor relato de uma sua visita recente àquela aldeia, à procura dos restos e da perspectiva de uma rua, talvez dos vestígios de uns muros ou árvores, certamente das sombras ou memórias de figuras passadas.
- E Fernando Pessoa, – tantas vezes, como Deus, invocado em vão – intuitivo e sibilino como todos os grandes poetas, escreveu: “Quem não tem a consciência certa das raízes profundas do seu Ser, isto é, do povo a que pertence, de que coisa pode ter certeza ou noção?”.

Muito obrigado pela vossa atenção.